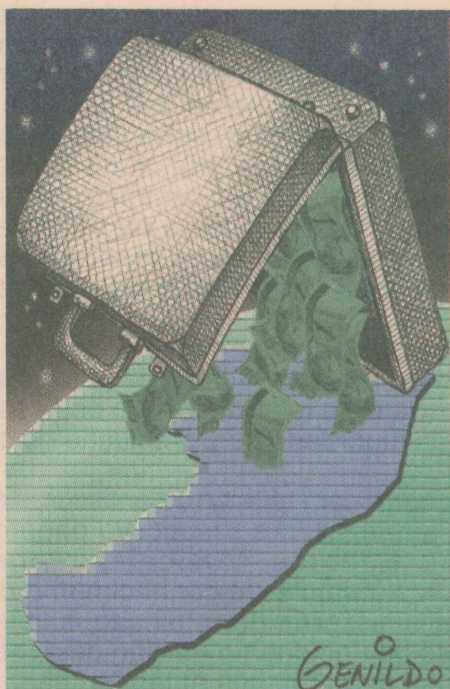


ES terá repasse de R\$ 19,4 milhões

A Companhia Vale do Rio Doce foi privatizada no dia 6 de maio de 1997, mas somente agora o BNDES começa a repassar aos Estados o fundo deixado pela privatização da empresa. O Espírito Santo foi a primeira unidade de federação a firmar convênio com o BNDS e, portanto, encabeça a lista de recebimento dos recursos. Para o ES são R\$ 19,4 milhões a fundo perdido, informa o secretário de Estado do Planejamento, Ricardo Santos.

Os recursos chegarão aos 46 municípios capixabas que integravam o antigo Fundo de Melhoramento e Desenvolvimento da Zona do Rio Doce (FMDZRD). Quando era estatal, a Vale repassava todo ano essa poupança. Do bolo, 70% iam para as Minas Gerais e 30% vinham para o Espírito Santo. Bons tempos aqueles, pois com a criação do Sistema Norte da Vale (instalado no Pará e Maranhão), a verba do ES ficou reduzida a 15% e de MG a 35%. E a privatização acirrou ainda mais a disputa por esse dinheiro. Dez Estados foram à luta para abocanhar fatias, levando o BNDES a criar critérios rígidos de projetos para liberação dos recursos desse Fundo - que não tem exatamente a especificidade dos recursos administrados pelo BNDES.

Por resolução do BNDES, cada Estado pretendente teve de instituir o seu Núcleo Técnico do Programa Fundo Regional de Desenvolvimento. O Espírito Santo o fez. Curiosamente, na primeira reunião, os projetos mencionados exigiriam R\$ 78 milhões, para uma disponibilidade de apenas R\$ 19,4 milhões. Corta daqui, corta dali, e foram eleitos projetos somando R\$ 15.512.805,00 milhões. Então, tratou-se



de elaborar ou reformular projetos para alocação dos restantes R\$ 3.887.191,00. Aí, houve divisão. R\$ 1.344.853,62 em projetos já foram encaminhados ao BNDES para atender aos municípios de Colatina, Serra, Venda Nova, São Mateus, Baixo Guan- du, Vila Velha e Vitória. E mais R\$ 1.565.420,00 para 15 projetos localiza- dos em Cariacica, Afonso Cláudio, Brejetuba, Castelo, Laranja da Terra, Mantenópolis, Domingos Martins, Ibatiba, Itarana, Pancas e Vargem Alta.

O agente operacional é o Instituto Jones Santos Neves, que vai contratar os recursos. Eles serão empregados em saneamento básico, assistência social e, principalmente, saúde - que absorverá cerca de R\$ 13 milhões, visando a melhoria do atendimento à população.

"A vontade social é exercida de forma simples".

(John Galbraith)